

**PROVA DE ADJUNTO DE PROCURADOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO SUL**

DIREITO CONSTITUCIONAL

01) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas:

- (a) que são imediatamente aplicáveis desde a promulgação da Constituição e não podem ter sua eficácia restringida pelo Poder Legislativo.
- (b) que não são imediatamente aplicáveis desde a promulgação da Constituição, pois dependem de emenda constitucional para gerarem efeitos.
- (c) que são imediatamente aplicáveis desde a promulgação da Constituição, mas podem ter seus efeitos restringidos pela legislação infraconstitucional.
- (d) que não são imediatamente aplicáveis desde a promulgação da Constituição, pois dependem da edição de leis infraconstitucionais para gerarem efeitos.
- (e) que não são imediatamente aplicáveis desde a promulgação da Constituição, pois dependem de uma decisão judicial para gerarem efeitos.

02) Em relação à eficácia dos direitos fundamentais, assinale a alternativa incorreta.

- (a) O sistema de direitos fundamentais previsto na Constituição Federal brasileira é aberto, já que pode ser complementado por outros direitos decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Carta Magna.
- (b) Direitos e garantias individuais previstos no texto constitucional, que não constam expressamente no catálogo de direitos fundamentais, não podem ser considerados cláusulas pétreas.
- (c) A teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais estende os efeitos das normas constitucionais que prevêem direitos fundamentais às relações entre particulares.
- (d) A eficácia dos direitos fundamentais sociais submete-se à cláusula da reserva do possível.
- (e) Direitos e garantias individuais previstos no texto constitucional, que não constam expressamente no catálogo de direitos fundamentais, têm o *status* de cláusulas pétreas quando são materialmente fundamentais.

03) Com relação à natureza jurídica dos direitos humanos previstos em tratados e convenções internacionais, é correto afirmar que:

- (a) eles passam a gozar do *status* de direitos fundamentais quando incluídos na Constituição por emenda constitucional.
- (b) eles passam a gozar do *status* de direitos fundamentais quando assim reconhecidos por decisão judicial.
- (c) eles passam a gozar do *status* de direitos fundamentais quando os respectivos tratados e convenções internacionais forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (d) eles passam a gozar do *status* de direitos fundamentais quando os respectivos tratados e convenções forem celebrados pelo Presidente da República.
- (e) eles passam a gozar do *status* de direitos fundamentais quando os respectivos tratados e convenções forem celebrados pelo Presidente da República e referendados pelo Congresso Nacional.

04) Assinale a alternativa incorreta.

- (a) O princípio constitucional da presunção de inocência impede que alguém seja considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (b) Os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, assegurados aos litigantes de processos cíveis e criminais que tramitam no Poder Judiciário, é extensível aos litigantes de processos administrativos.
- (c) O mandado de segurança pode ser utilizado para proteger direito individual quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for pessoa jurídica de direito privado no exercício de atribuições do Poder Público.
- (d) É vedada a extradição de estrangeiro por crime de opinião.
- (e) O sigilo das comunicações telefônicas pode ser quebrado pela autoridade policial competente para fins de investigação criminal.

05) São privativos de brasileiros natos os seguintes cargos:

- (a) Presidente da República, Presidente do Senado Federal e Governador de Estado.
- (b) Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e membro da carreira diplomática.
- (c) Governador de Estado, oficial das Forças Armadas e membro do Congresso Nacional.
- (d) Presidente da República, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Presidente da Câmara dos Deputados.
- (e) Presidente do Senado Federal, membro da carreira diplomática e oficial das Forças Armadas.

- 06) Qual das seguintes alternativas contempla apenas hipóteses de inelegibilidade para mandatos eletivos?
- (a) Estrangeiros, analfabetos, e pessoas interditas por incapacidade civil absoluta.
 - (b) Pessoas interditas por incapacidade civil absoluta, acusados de prática de crime e cônjuge do prefeito, no município em que este exercer seu mandato.
 - (c) Analfabetos, pessoas interditas por incapacidade civil absoluta e o cônjuge de prefeito para o cargo de deputado federal.
 - (d) Acusados de prática de crime, condenados por improbidade administrativa e militares com mais de dez anos de serviço.
 - (e) Estrangeiros, os conscritos, durante o serviço militar, e as pessoas portadoras de incapacidade civil relativa.
- 07) Quais as seguintes ações judiciais permitem o exercício do controle abstrato de constitucionalidade das leis?
- (a) Ação direta de inconstitucionalidade, mandado de injunção e mandado de segurança.
 - (b) Ação declaratória de constitucionalidade, mandado de injunção e argüição de descumprimento de preceito fundamental.
 - (c) Ação direta de inconstitucionalidade, ação civil pública e ação declaratória de inconstitucionalidade.
 - (d) Ação direta de inconstitucionalidade, argüição de descumprimento de preceito fundamental e ação declaratória de constitucionalidade.
 - (e) Ação civil pública, mandado de segurança e ação declaratória de constitucionalidade.
- 08) É correto dizer que possuem legitimidade para propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:
- (a) o Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos Municipais.
 - (b) o Presidente da República, o Procurador-Geral da República e qualquer senador ou deputado.
 - (c) a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados e o Procurador-Geral da República.
 - (d) o Presidente da República, o Presidente do Congresso Nacional e os Governadores de Estado.
 - (e) o Procurador-Geral da República, os Governadores de Estado e os Conselhos Estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil.

09) Em relação às decisões nas ações do controle concentrado de constitucionalidade, é correto afirmar que:

- (a) quando o Supremo Tribunal Federal julga improcedente a ação direta de inconstitucionalidade, ele não proclama a constitucionalidade da lei ou do ato normativo.
- (b) razões de segurança jurídica ou excepcional interesse público permitem que o Supremo Tribunal, por maioria de dois terços de seus membros, conceda eficácia *ex nunc* à declaração de inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo.
- (c) a declaração de inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal sempre opera efeitos *ex tunc*.
- (d) razões de segurança jurídica ou excepcional interesse público permitem que o Supremo Tribunal, por maioria absoluta de seus membros, conceda eficácia *ex nunc* à declaração de inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo.
- (e) quando o Supremo Tribunal Federal julga improcedente a ação declaratória de constitucionalidade, ele não proclama a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo.

10) A União, os Estados e o Distrito Federal têm competência legislativa concorrente para legislar sobre:

- (a) direito tributário, procedimentos em matéria processual e proteção do meio ambiente.
- (b) direito processual, direito tributário e direito eleitoral.
- (c) direito do trabalho, trânsito e proteção do meio ambiente.
- (d) direito financeiro, direito econômico e trânsito.
- (e) direito civil, direito eleitoral e telecomunicações.

11) Assinale a alternativa incorreta.

- (a) O Prefeito Municipal acusado de praticar crime deve ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- (b) A Câmara Municipal não poderá gastar mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.
- (c) Compete aos municípios manter programas de pré-escola e ensino fundamental.
- (d) O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Prefeito, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (e) É vedada a criação de Tribunais de Contas Municipais.

- 12) Assinale a alternativa incorreta.
- (a) O exercício do mandato de deputado estadual exige o afastamento de cargo público.
 - (b) O exercício do mandato de prefeito municipal exige o afastamento de qualquer outro cargo, emprego ou função públicos, sendo obrigatória a opção pela remuneração do cargo de prefeito.
 - (c) É permitida a acumulação de dois cargos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
 - (d) É permitida a acumulação de um cargo de juiz de Direito com um cargo de magistério.
 - (e) É permitida a acumulação do mandato de vereador com o exercício de um cargo público, desde que haja compatibilidade de horários.
- 13) A condenação de um agente público por ato de improbidade administrativa autoriza a aplicação das seguintes sanções:
- (a) pena de reclusão, prestação de serviços à comunidade e perda do cargo público.
 - (b) perda do cargo público, prestação de serviços à comunidade e suspensão dos direitos políticos.
 - (c) pena de reclusão, ressarcimento ao erário e perda do cargo público.
 - (d) perda do cargo público, ressarcimento ao erário e suspensão dos direitos políticos.
 - (e) ressarcimento ao erário, indisponibilidade dos bens e perda dos direitos políticos.
- 14) Assinale a alternativa que contempla apenas cláusulas pétreas da Constituição Federal de 1988, tal como previsto no artigo 60, § 4º, do texto constitucional:
- (a) o princípio da separação dos poderes e o modelo republicano de Estado.
 - (b) os direitos e garantias individuais e o princípio da separação dos poderes.
 - (c) o regime presidencialista e o voto direto.
 - (d) os direitos e garantias individuais e o modelo republicano de Estado.
 - (e) a forma federativa de Estado e o regime presidencialista.
- 15) Assinale a alternativa correta:
- (a) As medidas provisórias podem regular matérias reservadas à lei complementar.
 - (b) As medidas provisórias não podem ser utilizadas para instituição e majoração de impostos.
 - (c) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
 - (d) As medidas provisórias têm eficácia de sessenta dias e não podem ser prorrogadas.
 - (e) As medidas provisórias não apreciadas no prazo de quarenta e cinco dias, entram em regime de urgência e trancam as demais votações em cada uma das casas do Congresso Nacional.

- 16) As leis complementares distinguem-se das leis ordinárias porque:
- (a) podem ser instituídas sempre que houver necessidade de lei infraconstitucional para complementar a eficácia de normas constitucionais e devem ser aprovadas por maioria absoluta em cada uma das casas do Congresso Nacional.
 - (b) somente podem ser instituídas nos casos expressamente previstos na Constituição Federal e devem ser aprovadas por maioria absoluta em cada uma das casas do Congresso Nacional.
 - (c) podem ser instituídas sempre que houver necessidade de lei infraconstitucional para complementar a eficácia de normas constitucionais e devem ser aprovadas por dois terços de cada uma das casas do Congresso Nacional.
 - (d) somente podem ser instituídas nos casos expressamente previstos na Constituição Federal e devem ser aprovadas por dois terços em cada uma das casas do Congresso Nacional.
 - (e) somente podem ser instituídas nos casos em que cabe emenda à constituição e devem ser aprovadas por maioria absoluta.
- 17) Em relação às leis estaduais oriundas de projetos de lei de iniciativa de deputado estadual, é correto afirmar:
- (a) que é constitucional a lei instituída pela Assembléia Legislativa, oriunda de projeto de lei de iniciativa parlamentar, que concede benefícios fiscais, porque a iniciativa de lei em matéria tributária não é exclusiva do Governador do Estado.
 - (b) que é inconstitucional, por vício formal, a lei instituída pela Assembléia Legislativa, oriunda de projeto de lei de iniciativa parlamentar, que concede benefícios fiscais, já que a iniciativa de leis sobre matéria tributária é exclusiva do Governador do Estado.
 - (c) que é constitucional a lei instituída pela Assembléia Legislativa, oriunda de projeto de lei de iniciativa parlamentar, que concede aumento de vencimentos a servidores públicos da administração direta, porque a iniciativa de lei nesta hipótese não é exclusiva do Governador do Estado.
 - (d) que o vício de inconstitucionalidade formal da lei instituída pela Assembléia Legislativa, oriunda de projeto de lei de iniciativa parlamentar, que concede aumento de vencimentos a servidores públicos da administração direta, fica convalidado pela sanção do Governador do Estado ao projeto de lei.
 - (e) que estão corretas as alternativas A e D.

18) Assinale a alternativa incorreta.

- (a) A decisão do Tribunal de Contas, que impõe multa a administrador público, deve ser pronunciada em processo administrativo, no qual o administrador tem direito à defesa e ao contraditório.
- (b) A decisão do Tribunal de Contas que impõe multa a administrador público pode ser aplicada tanto a administradores da administração pública direta, quanto da administração pública indireta.
- (c) A decisão do Tribunal de Contas que impõe multa a administrador público não possui eficácia de título executivo.
- (d) O Tribunal de Contas não tem competência para condenar administrador público por ato de improbidade administrativa.
- (e) O julgamento do Tribunal de Contas que desaprova as contas de prefeito municipal não é causa suficiente para a inelegibilidade do mandatário.

19) Com relação à repartição constitucional das receitas públicas, é incorreto afirmar que:

- (a) pertence aos Estados o produto da arrecadação do imposto de renda pela União, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (b) pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto de renda pela União, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, por eles, suas autarquias e pelas fundações e instituírem e mantiverem.
- (c) pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre propriedade territorial rural.
- (d) pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (e) pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

20) Assinale a alternativa correta.

- (a) É vedada aos Municípios a cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana tanto sobre os templos das igrejas, quanto sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as suas atividades essenciais.
- (b) Somente é vedada aos Municípios a cobrança do imposto sobre a propriedade predial territorial urbana sobre os templos das igrejas, nada impedindo a instituição desse imposto sobre seu patrimônio, renda e serviços dessas instituições, inclusive quando relacionados com as suas atividades essenciais.
- (c) A União, os Estados e os Municípios não estão impedidos de instituírem impostos sobre o papel usado na impressão de livros e jornais.
- (d) Os Estados podem cobrar o imposto sobre a propriedade de veículos automotores dos veículos de propriedade dos Municípios.
- (e) Estão corretas as alternativas A e D.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21) Sobre os princípios que informam a Administração Pública, é correto afirmar que

- (a) se encontram exhaustivamente elencados no art. 37, *caput*, Constituição Federal.
- (b) o princípio da supremacia do interesse público estará sempre em posição de superioridade sobre os interesses particulares.
- (c) não podem ser hierarquizados no plano abstrato.
- (d) o princípio da publicidade impede qualquer ato sigiloso.
- (e) o princípio da eficiência pode afastar, eventualmente, o princípio da legalidade.

22) Na consecução de sua tarefa de atender ao interesse público da Administração, são atribuídos poderes administrativos que, dessa maneira, têm natureza instrumental. Sobre a classificação dos poderes da Administração assinale a assertiva correta.

- (a) O Poder de Polícia caracteriza-se por ser discricionário, auto-executório e coercitivo.
- (b) Atos discricionários são aqueles praticados à escolha da Administração, sem amparo legal.
- (c) Poder hierárquico compreende o poder de delegar, avocar, regulamentar, fiscalizar e impor penas disciplinares.
- (d) Pelo poder de autotutela somente a Administração Pública pode anular atos administrativos, por motivos de conveniência e oportunidade.
- (e) Pelo poder disciplinar é dado à Administração Pública apurar infrações e culminar sanções apenas em relação aos servidores públicos.

23) Segundo a Constituição Federal, a Administração Pública divide-se em direta e indireta. Assinale a afirmativa correta.

- (a) A Administração Pública Direta compõe-se de um conjunto de órgãos públicos, com personalidades jurídicas próprias.
- (b) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado e integram a Administração Pública em sua esfera indireta.
- (c) As agências reguladoras têm natureza autárquica.
- (d) As fundações não pertencem à Administração Pública.
- (e) As sociedades de economia mista possuem patrimônio próprio, capital exclusivo do Estado e, obrigatoriamente, terão a forma de sociedade por ações.

24) À Administração Pública é dado revogar licitação

- (a) baseada em fatos supervenientes que configurem o interesse público, antes do início da fase de qualificação das propostas, mesmo sem audiência dos concorrentes habilitados.
- (b) a qualquer tempo por critérios de conveniência e oportunidade, sem que caiba qualquer impugnação.
- (c) a qualquer tempo, apenas com a audiência dos concorrentes habilitados.
- (d) apenas por motivos de legalidade.
- (e) enquanto não iniciada a fase de habilitação.

25) Assinale a assertiva correta.

- (a) Servidor nomeado após concurso público adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício.
- (b) Os membros do Ministério Público após dois anos de efetivo exercício adquirem estabilidade.
- (c) Durante o prazo previsto no edital de convocação, o candidato aprovado em concurso público tem direito adquirido à nomeação.
- (d) O servidor público desviado de suas funções não pode ser reenquadrado, mas tem direito, a título de indenização, ao recebimento, da diferença remuneratória entre os vencimentos do cargo efetivo e os daquele exercido de fato.
- (e) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, vedação que não se aplica aos servidores de empresas públicas e sociedades de economia mista.

26) Sobre servidores públicos assinale a alternativa correta.

- (a) É legítima a demissão de servidor público não estável, por motivo de conveniência administrativa e interesse público, não sendo exigido, nesta hipótese, o processo administrativo.
- (b) Servidor público estável, aprovado em concurso público, que presta novo concurso e é aprovado, nomeado para novo cargo, durante o estágio probatório neste último cargo, poderá requerer sua recondução ao cargo anterior.
- (c) A demissão do funcionário público motivada pela prática de crime funcional somente pode ocorrer após a solução do processo penal pelo mesmo fato.
- (d) Exige-se o devido processo administrativo, em que se garantam o contraditório e a ampla defesa, apenas para a demissão de servidores públicos estáveis.
- (e) O Presidente da República é competente para julgar processos administrativos e aplicar pena de demissão aos servidores públicos federais, atribuição que é indelegável.

27) A ação de improbidade, prevista no art. 37, § 4º, da Constituição Federal

- (a) terá natureza cível ou penal, conforme a o ato praticado.
- (b) será proposta pelo Ministério Público, pela pessoa jurídica interessada, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.
- (c) exige, para a configuração dos atos de improbidade, em qualquer situação, a presença de dolo ou culpa do agente público.
- (d) exige a efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- (e) independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas.

28) A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de improbidade administrativa. Assinale a assertiva correta.

- (a) Dentre as sanções previstas pela Lei 8.429/99 nem todas estão elencadas na Constituição Federal.
- (b) Restando caracterizada mais de uma modalidade de improbidade administrativa, as sanções serão cominadas de forma cumulativa.
- (c) As penas previstas são de cominação obrigatória, não podendo, em hipótese alguma, virem a ser afastadas.
- (d) A sentença que decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará a reversão dos bens ao fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais, previsto na Lei da Ação Civil Pública.
- (e) É prevista a pena de perda dos direitos políticos em todas as modalidades de improbidade administrativa.

- 29) A Constituição Federal determina que as Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos,
- (a) sendo dado aos Estados dispor livremente sobre sua composição, desde que observado o limite de sete (7) Conselheiros.
 - (b) sendo que os Tribunais de Contas estaduais deverão ter quatro Conselheiros eleitos pela Assembléia Legislativa e três Conselheiros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo do Estado-membro.
 - (c) sendo que, no tocante a sua organização, a Constituição estadual pode impor-lhe outras atribuições que não aquelas previstas na Constituição Federal.
 - (d) sendo que poderá ser atribuída aos Tribunais de Contas estaduais a fiscalização de empresas estatais, mediante controle interno.
 - (e) sendo que poderá ser atribuído ao Tribunais de Contas estaduais julgar as contas dos Governador do Estado.
- 30) No que diz respeito à responsabilidade civil do Estado,
- (a) a vítima deve comprovar a existência do dano, do nexo de causalidade, bem como a ausência de culpa.
 - (b) a Constituição Federal adota a responsabilidade subjetiva, com base na teoria do risco administrativo.
 - (c) atos lícitos ou ilícitos podem ensejar o pagamento de indenização.
 - (d) apenas o caso fortuito e a força maior são causas excludentes de responsabilidade do Estado.
 - (e) não cabe indenização quando o dano decorre de omissão estatal.
- 31) A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelecendo expressamente seus princípios básicos, dentre os quais os princípios
- (a) da eficiência, da impessoalidade e da proporcionalidade.
 - (b) da publicidade, da razoabilidade e da vinculação ao instrumento convocatório.
 - (c) do julgamento objetivo, da impessoalidade e da moralidade.
 - (d) da probidade administrativa, da responsabilidade por atos causados com dolo ou culpa e da igualdade.
 - (e) da isonomia, da legalidade e da eficiência.
- 32) A servidão administrativa é modalidade de intervenção na propriedade, pela qual
- (a) o proprietário perde a propriedade, mediante justa indenização, prévia e em dinheiro, ou excepcionalmente em títulos da dívida pública.
 - (b) o proprietário não é privado da propriedade.
 - (c) há restrição ao direito de propriedade, que não admite qualquer forma de indenização
 - (d) o poder público pode se utilizar de bens imóveis particulares, em situação de perigo iminente.
 - (e) a propriedade sofre restrições em prol do patrimônio histórico e cultural.

- 33) A exigência de depósito de valor correspondente à multa arbitrada em processo administrativo, como condição de admissibilidade de recurso, na esfera administrativa
- (a) é inconstitucional por violar garantias fundamentais proclamadas na Constituição Federal.
 - (b) é admitida quando na fase recursal, mas não é admitida quando em impugnação inicial.
 - (c) não afeta o princípio do contraditório e da ampla defesa.
 - (d) é legítima, porquanto admitida pelo direito fundamental de petição.
 - (e) é admitida em qualquer instância administrativa ou judicial.
- 34) Os Tribunais de Contas estaduais estão autorizados a
- (a) sustar os atos administrativos eivados de ilegalidade, independentemente de notificação aos interessados.
 - (b) determinar a quebra de sigilo bancário em operações que estejam sob fiscalização ou verificação de contas.
 - (c) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias.
 - (d) julgar as contas do Governador do Estado.
 - (e) aplicar sanções aos responsáveis, em caso de ilegalidade ou irregularidade de contas, exceto multas, que exigem ato da Assembléia Legislativa.
- 35) Sobre os cargos, empregos, funções públicas e sua investidura é correto afirmar que
- (a) são acessíveis aos brasileiros natos e naturalizados que preencham os requisitos estabelecidos em lei e dependem de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas ou títulos.
 - (b) os cargos em comissão, quando providos mediante concurso público, serão organizados em carreira.
 - (c) o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - (d) enquanto não concluído e homologado o concurso público, pode a Administração alterar as condições do certame constantes do respectivo edital, para adaptá-las à nova legislação aplicável à espécie.
 - (e) é possível a contratação por tempo determinado para atender o interesse público.
- 36) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, a licitação será
- (a) inexigível.
 - (b) obrigatoriamente na modalidade concorrência.
 - (c) ratificada após a declaração de paz ou cessação da perturbação.
 - (d) obrigatória.
 - (e) dispensável.

- 37) O controle dos atos da Administração Pública é exercido pela própria Administração, pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário, e nesta última situação podem ser utilizadas as ações constitucionais. Assinale a assertiva correta.
- (a) O cidadão, inclusive o maior de 16 e menor de 18 anos alistado, pode propor a ação popular. O Ministério Público, eventualmente, poderá promover o prosseguimento da ação.
 - (b) O mandado de segurança coletivo pode ser proposto por partido político com representação no Congresso Nacional ou por entidades sindicais que demonstrarem mais de um ano de efetivo funcionamento.
 - (c) O mandado de injunção é via de controle concentrado de constitucionalidade.
 - (d) É possível a impetração de *habeas data* para conhecer informações relativas a fichas funcionais de servidor público.
 - (e) O mandado de segurança não admite prazo decadencial.
- 38) Dentre os instrumentos de controle externo dos atos da Administração Pública exercido pelo Poder Legislativo, não pode ser citado(a):
- (a) a sustação dos atos normativos que exorbitem do poder regulamentar.
 - (b) a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito.
 - (c) o controle financeiro e orçamentário.
 - (d) a convocação de autoridades administrativas para prestar informações.
 - (e) o controle preventivo de constitucionalidade e o mandado de injunção.
- 39) Quanto aos crimes de responsabilidade ou infrações político-administrativas a Constituição Federal comina, como sanções cabíveis,
- (a) a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de função pública.
 - (b) a perda dos direitos políticos e multa.
 - (c) a cassação dos direitos políticos e a perda do cargo.
 - (d) a proibição de contratar com o poder público e a suspensão dos direitos políticos.
 - (e) a perda do cargo público e a indisponibilidade de bens.
- 40) Sobre os atos administrativos, assinale a assertiva correta.
- (a) Os atos administrativo gozam dos atributos da presunção de legalidade e imperatividade.
 - (b) Quanto a sua formação, os atos administrativos são classificados em atos individuais e gerais.
 - (c) Os atos administrativos compostos são aqueles que resultam da conjugação de vontade de mais de um órgão público.
 - (d) A anulação é a extinção do ato administrativo por motivos de invalidade.
 - (e) Não se admite a cassação de atos administrativos.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

41) Conforme disposto na Constituição Federal, é vedada a vinculação da receita de impostos:

- (a) a quaisquer órgãos, fundos ou despesas, sem ressalvas.
- (b) a órgãos, fundos ou despesas, ressalvada a destinação de recursos para investimentos em habitação popular, conforme dispositivos constitucionais constantes do Título da Ordem Social.
- (c) a órgãos, fundos ou despesas, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos e a destinação de recursos para ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, observado o art. 167, IV, da CF e os demais dispositivos constitucionais pelo mesmo referidos.
- (d) a órgãos, fundos ou despesas de outros entes políticos, mas não do próprio ente tributante.
- (e) a órgãos e fundos, mas não a despesas específicas, desde que a vinculação decorra de lei.

42) Quanto aos incentivos fiscais relacionados ao ICMS:

- (a) podem ser concedidos por quaisquer Estados mediante decreto.
- (b) podem ser concedidos por Portaria do Secretário da Fazenda, desde que autorizada por convênio.
- (c) podem ser concedidos por lei estadual, mas dependem de prévio convênio dos Estados e do Distrito Federal.
- (d) podem ser concedidos por lei federal.
- (e) podem ser concedidos por lei federal, mas dependem de prévio convênio.

43) Quanto à repartição de receita tributária, pertence aos Estados:

- (a) a totalidade do produto da arrecadação dos tributos por eles instituídos.
- (b) o produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (c) o produto da arrecadação do imposto sobre a renda dos contribuintes domiciliados em seus territórios.
- (d) 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis situados em seus territórios.
- (e) 50% do produto da arrecadação dos impostos instituídos pelos respectivos Municípios.

44) Quanto à repartição de receita tributária, pertence aos Municípios:

- (a) 100% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis neles situados, quando o Município opte por fiscalizá-lo e cobrá-lo.
- (b) o produto da arrecadação do imposto sobre a renda dos contribuintes domiciliados em seus territórios.
- (c) 25% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis neles situados, quando fiscalizado e cobrado pela União.
- (d) 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (e) apenas o produto da arrecadação dos tributos por eles próprios instituídos, não tendo participação no produto da arrecadação dos tributos federais e estaduais.

45) Não são vedados:

- (a) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- (b) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- (c) a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- (d) a redução, por lei, dos cargos em comissão e funções de confiança.
- (e) a concessão de vantagens ou aumento de remuneração dos servidores por ato do Executivo, desde que a despesa com pessoal não exceda os limites estabelecidos em lei complementar.

46) A Constituição Estadual, quanto às finanças públicas, estabelece que:

- (a) as disponibilidades de caixa do Estado e dos Municípios podem ser depositadas em quaisquer instituições financeiras, oficiais do Estado ou privadas, estas mediante prévia licitação.
- (b) as despesas com publicidade deverão ser objeto de dotação orçamentária específica, com denominação publicidade.
- (c) a redução das desigualdades sociais e regionais é obrigação da União, não constituindo finalidade a ser contemplada nos orçamentos anuais, na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual do Estado.
- (d) as dotações relativas a investimentos, subvenções e auxílios destinadas a Municípios ou regiões terão por finalidade reduzir desigualdades regionais e serão definidas com base em critérios exclusivamente sociais.
- (e) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público ser-lhes-ão entregues até o dia 30 de cada mês.

47) Quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Estado, estabelece que:

- (a) é exercida mediante controle interno e mediante controle externo, este a cargo da Assembléia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas.
- (b) não cabe ao Tribunal de Contas a análise dos valores praticados em contratos de locação de prédios e de serviços.
- (c) não cabe ao Tribunal de Contas analisar as situação contábil, financeira, orçamentária, operacional nem patrimonial das entidades da administração indireta, embora devam estas manter controle interno.
- (d) os controles interno e externo são independentes, descabendo qualquer avaliação ou manifestação, por parte do Tribunal de Contas, acerca da eficiência e eficácia dos sistemas de controle interno dos órgãos e entidades por ele fiscalizados.
- (e) o Tribunal de Contas terá amplo poder de investigação, cabendo-lhe requisitar e examinar todos os elementos necessários ao exercício de suas atribuições, só lhe podendo ser negada informação quando amparada por sigilo.

48) Quanto à receita e quanto à execução do orçamento, dispõe a Lei 4.320/64 no sentido de que:

- (a) as receitas correntes são as receitas tributárias, enquanto as receitas de capital são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão, em espécie, de bens e direitos, e quaisquer outras receitas patrimoniais.
- (b) o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento incondicional, e, para cada empenho, será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- (c) será desnecessária a emissão da nota de empenho sempre que o fornecedor de mercadorias ou serviços a dispensar por escrito.
- (d) não é admitido o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- (e) o pagamento da despesa depende da sua liquidação, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, apurando-se a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, sendo certo, ainda que a liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base o contrato, ajuste ou acordo respectivo, a nota de empenho e os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

49) São tributos, sujeitos às limitações constitucionais ao poder de tributar:

- (a) apenas os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.
- (b) apenas os impostos e as taxas.
- (c) apenas os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria e as contribuições sociais, do interesse de categorias profissionais ou econômicas, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.
- (d) os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, as contribuições sociais, do interesse de categorias profissionais ou econômicas, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública, os empréstimos compulsórios e as receitas patrimoniais.
- (e) os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, as contribuições sociais, do interesse de categorias profissionais ou econômicas, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública e os empréstimos compulsórios.

50) Compete aos Estados e aos Municípios:

- (a) a instituição de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.
- (b) a instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (c) a instituição de contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de regime próprio de previdência.
- (d) a instituição de contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de regime próprio de previdência e de serviços de saúde.
- (e) a instituição de contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência, assistência social e saúde.

51) As contribuições de melhoria:

- (a) independem de lei instituidora específica para cada obra.
- (b) devem observar, além dos dispositivos constitucionais aplicáveis, o disposto no DL 195/67, diploma recepcionado com nível de lei complementar.
- (c) podem ser instituídas para fazer frente ao custo de qualquer obra realizada pelos Estados e pelos Municípios, desde que haja valorização imobiliária.
- (d) não estão sujeitas a limite total (custo da obra), tampouco individual (valorização de cada imóvel).
- (e) dependem de contrato com cada proprietário de imóvel na zona de influência.

52) Consideram-se imunidades:

- (a) as normas constitucionais negativas de competência tributária.
- (b) os benefícios fiscais concedidos pelos entes tributantes que desobriguem determinados contribuintes do pagamento de tributos específicos.
- (c) apenas as normas constitucionais que fazem referência expressa ao termo “imunidade”.
- (d) toda e qualquer desoneração tributária.
- (e) as isenções e alíquotas zero.

53) Quanto aos critérios de tributação, a Constituição Federal:

- (a) dispõe no sentido de que o ICMS será seletivo.
- (b) dispõe no sentido de que o ICMS será não-cumulativo e de que poderá ser seletivo.
- (c) não permite a progressividade do IPTU, salvo a com finalidade extrafiscal.
- (d) não permite que o IPTU tenha alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- (e) não admite progressividade, tampouco seletividade, relativamente a nenhum imposto estadual ou municipal.

54) Quanto às limitações constitucionais ao poder de tributar estabelecidas na Constituição Federal:

- (a) podem ser atenuadas e excepcionadas, desde que por emenda constitucional.
- (b) sua regulamentação pode ser feita por lei ordinária.
- (c) a instituição de impostos está sujeita à reserva legal absoluta, mas não à graduação de alíquotas, que pode ser feita pelo Executivo.
- (d) os tributos em geral estão sujeitos à anterioridade de exercício e à anterioridade nonagesimal mínima, ressalvadas as exceções constitucionais.
- (e) as taxas não se sujeitam às limitações constitucionais ao poder de tributar.

55) Ainda quanto às limitações constitucionais ao poder de tributar:

- (a) é vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados ou dos Municípios, o que implica a impossibilidade tanto de a lei federal assim dispor como de ser instituída isenção por tratado internacional entre a República Federativa do Brasil e outros Estados estrangeiros.
- (b) a vedação aos Estados de estabelecer diferença tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino impede que sejam estabelecidas alíquotas maiores para o IPVA de veículos estrangeiros.
- (c) a vedação à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, impede, inclusive, a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- (d) a imunidade dos livros, jornais e periódicos não se aplica aos impostos estaduais.
- (e) os subsídios ou isenções, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só podem ser concedidos por lei, a qual não necessita, contudo, regular específica e exclusivamente as tais matérias ou o correspondente tributo.

56) As obrigações tributárias acessórias:

- (a) não precisam ser cumpridas por entes imunes.
- (b) nos termos do CTN, decorrem da legislação tributária.
- (c) são dependentes das obrigações tributárias principais, de modo que, inexistentes estas, inexigíveis são também as obrigações acessórias.
- (d) nos termos do CTN, têm por objeto prestações pecuniárias ou deveres formais.
- (e) seu descumprimento não implica infração, só podendo, o legislador, estabelecer a cobrança de multa para a hipótese de o contribuinte também ter deixado de recolher tributo devido.

57) A interpretação da legislação tributária:

- (a) não se ocupa dos princípios, conceitos e formas de direito privado, nem mesmo para a verificação do alcance das normas constitucionais de competência.
- (b) é sempre literal, tendo em conta o princípio da legalidade estrita.
- (c) envolve o emprego da analogia, desde que não implique exigência de tributo não previsto em lei.
- (d) não admite o emprego da equidade.
- (e) está sob reserva de jurisdição.

58) Conforme a jurisprudência do STJ, o crédito tributário é considerado formalizado ou constituído:

- (a) exclusivamente mediante lançamento pela autoridade fiscal.
- (b) mediante protesto judicial.
- (c) mediante protesto extrajudicial.
- (d) mediante lançamento pela autoridade fiscal ou declaração ou confissão do débito pelo contribuinte.
- (e) com a inscrição em dívida ativa.

59) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário ocorre:

- (a) com o ajuizamento de ação anulatória.
- (b) com o ajuizamento de mandado de segurança.
- (c) com o oferecimento de impugnação ou recurso administrativo, ainda que flagrantemente intempestivos e sem preliminar de tempestividade.
- (d) com a simples interposição de agravo de instrumento contra decisão judicial que tenha indeferido liminar pleiteada pelo contribuinte.
- (e) com o depósito do montante integral.

60) Quanto à compensação em matéria tributária:

- (a) a lei poderá autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
- (b) todo titular de crédito contra a Fazenda Pública tem direito de proceder à compensação com tributos devidos, independentemente de qualquer circunstância específica e de previsão em lei ordinária.
- (c) é modo de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- (d) é modo de exclusão do crédito tributário.
- (e) é modo de extinção do crédito tributário, não podendo o legislador, contudo, autorizar o contribuinte a proceder à compensação, pois apenas à própria Administração pode ser autorizado efetuar compensação, de ofício ou a requerimento do contribuinte.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

61) Assinale a assertiva correta.

- (a) A previdência social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde e a assistência social.
- (b) Os benefícios previdenciários são concedidos e calculados conforme o critério da necessidade do beneficiário.
- (c) A previdência social tem caráter contributivo.
- (d) Assistência social e previdência social são sinônimos.
- (e) O acesso ao serviço único de saúde depende de contribuição.

62) No regime geral de previdência social, os dependentes do segurado têm direito ao:

- (a) salário-família.
- (b) salário-maternidade.
- (c) auxílio-doença.
- (d) auxílio-reclusão.
- (e) abono de permanência em serviço.

63) No regime geral de previdência social, o salário-de-contribuição é determinado pelo valor:

- (a) das contribuições sociais recolhidas pela empresa sobre a folha de pagamento.
- (b) da remuneração do segurado empregado, até o limite legal.
- (c) das contribuições sobre as loterias ou sorteios.
- (d) das contribuições sobre o lucro das empresas.
- (e) da remuneração do segurado, independentemente de qualquer limite.

64) A Assistência Social garante a seguinte prestação:

- (a) auxílio-acidente.
- (b) aposentadoria por invalidez.
- (c) auxílio-doença.
- (d) benefício de prestação continuada para idosos e deficientes de baixa renda.
- (e) seguro-desemprego.

65) De acordo com as regras sobre contagem recíproca de tempo de serviço:

- (a) é possível a soma dos períodos de trabalho prestados em mais de uma empresa, simultaneamente, para fins de aposentadoria.
- (b) é possível a soma do tempo de serviço público e privado, prestado simultaneamente, para fins de aposentadoria.
- (c) as contribuições referentes ao período de contribuição que não tenha sido utilizado para aposentadoria serão objeto de restituição, monetariamente corrigidas.
- (d) é possível que o tempo de serviço público seja contado para fins de aposentadoria no regime geral de previdência social, e vice-versa, desde que atendidas as demais condições legais do sistema no qual o benefício está sendo postulado.
- (e) o tempo de serviço utilizado para a concessão de aposentadoria por um sistema pode ser novamente utilizado para aposentadoria em outro.

66) Assinale a assertiva correta:

- (a) período de carência corresponde ao período durante o qual o segurado mantém esta qualidade, embora esteja desempregado.
- (b) a filiação depende da formalização da condição de segurado mediante apresentação da documentação necessária no órgão respectivo.
- (c) o período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.
- (d) a falta de inscrição do segurado resulta na impossibilidade da obtenção de qualquer benefício, sendo vedada a inscrição posterior ao início do exercício da atividade.
- (e) a exigência de carência é afastada em caso de pagamento posterior do valor equivalente ao das contribuições devidas, ainda que em atraso.

- 67) Em relação aos servidores públicos titulares de cargos efetivos é correto afirmar que:
- (a) não podem, em nenhuma hipótese, filiar-se ao regime geral da previdência social.
 - (b) podem filiar-se ao regime geral de previdência social na qualidade de segurado facultativo.
 - (c) são segurados obrigatórios do regime geral de previdência social quando não forem amparados por regime próprio de previdência social.
 - (d) não podem filiar-se ao regime geral de previdência social ainda que exerçam, concomitante, outra atividade na iniciativa privada.
 - (e) podem optar pela filiação ao regime geral de previdência social ou ao regime próprio dos servidores públicos.
- 68) Para o servidor que ingressa na data de hoje no serviço público, é correto afirmar-se, de acordo com as regras hoje vigentes, que:
- (a) a aposentadoria compulsória se dá com proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.
 - (b) não há previsão de idade mínima para aposentadoria.
 - (c) a pensão dos seus dependentes corresponderá ao valor integral dos vencimentos do servidor.
 - (d) é permitida a contagem em dobro da licença-prêmio não gozada para fins de tempo de contribuição.
 - (e) os requisitos de idade e de tempo de contribuição são reduzidos em cinco anos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- 69) De acordo com a Constituição, a organização da seguridade social é orientada pelos seguintes objetivos:
- (a) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - (b) irredutibilidade do valor real dos benefícios.
 - (c) liberdade de opção do segurado para escolha do seu regime previdenciário.
 - (d) separação dos regimes de trabalhadores urbanos e rurais.
 - (e) centralização da gestão em um único órgão.

70) Assinale a assertiva correta.

- (a) O regime geral de previdência social está baseado no sistema de capitalização.
- (b) A previdência complementar é uma atividade livre à iniciativa privada, que independe de autorização e não está sujeita à fiscalização pelos poderes públicos.
- (c) O regime geral de previdência social adota o chamado sistema de benefício definido.
- (d) O sistema de repartição simples é caracterizado pela formação de contas individuais em nome do segurado.
- (e) O sistema de repartição simples é caracterizado pela transferência de renda entre indivíduos da mesma geração, com os trabalhadores em atividade financiando os inativos.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

71) Dentre as circunstâncias abaixo arroladas, não constitui causa de nulidade do negócio jurídico:

- (a) o motivo determinante do negócio, se for comum a ambas as partes e for ilícito.
- (b) a simulação do negócio jurídico.
- (c) a incapacidade absoluta de uma das partes.
- (d) a sua realização em fraude à lei imperativa.
- (e) a presença de lesão quando da sua realização.

72) É causa interruptiva da prescrição:

- (a) a existência de relação conjugal entre as partes.
- (b) a vigência do poder familiar entre ascendentes e descendentes.
- (c) a incapacidade absoluta.
- (d) a ordem judicial que determina a citação, ainda que decretada por juiz incompetente.
- (e) a incapacidade relativa.

73) No que tange à evicção é correto afirmar que:

- (a) não se aplica às aquisições feitas em hasta pública.
- (b) só permite a denunciação da lide do alienante imediato.
- (c) sendo parcial só conduzirá ao desfazimento do negócio se a perda for considerável.
- (d) permite cláusula que a exclua ainda que atinja o preço.
- (e) pode ocorrer, mesmo que o adquirente saiba do caráter litigioso da coisa.

74) No direito vigente, em matéria de registro de sociedade regularmente constituída, mostra-se CORRETA a assertiva :

- (a) A sociedade simples somente se constitui por instrumento público devidamente registrado no Registro das Empresas Mercantis.
- (b) A sociedade simples constitui-se sempre por instrumento privado registrado somente no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- (c) A sociedade por quotas de responsabilidade limitada(empresarial) é constituída por instrumento público ou particular registrado no Registro das Empresas Mercantis.
- (d) A sociedade por quotas de responsabilidade limitada(empresarial) constitui-se por instrumento público ou particular devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- (e) Nenhuma das hipóteses está correta.

75) Quanto às sociedades anônimas mostra-se CORRETA a assertiva:

- (a) A responsabilidade dos acionistas é limitada ao número das ações subscritas ou adquiridas.
- (b) As ações preferenciais tem direito a voto, exceto por restrição ou suspensão expressa no estatuto.
- (c) O capital divide-se em ações exclusivamente com valor nominal.
- (d) A companhia é de capital fechado quando seus valores mobiliários são negociados no mercado.
- (e) O conselho fiscal não é órgão obrigatório.

DIREITO PENAL

76) Assinale a alternativa correta.

- (a) Constitui crime de moeda falsa a utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado.
- (b) O prefeito municipal, após a extinção do mandato, não continua sujeito a processo por crime previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67.
- (c) A corrupção passiva é crime bilateral, exigindo para sua consumação a atuação do agente da corrupção ativa.
- (d) Para a configuração do crime de desacato, é necessária a presença do funcionário desacatado no local em que o sujeito ativo pratica a ofensa.
- (e) Não é possível haver crime de desobediência quando o sujeito que descumpra a ordem é funcionário público.

77) Assinale a alternativa correta.

Para fins penais:

- (a) não se considera funcionário público quem exerce função pública transitoriamente e sem remuneração.
- (b) não se considera funcionário público somente quem exerce função pública de forma gratuita.
- (c) o estagiário de empresa pública não remunerado é considerado funcionário público.
- (d) o estagiário não remunerado de entidade paraestatal não responde por crime contra a Administração Pública, mas fica sujeito a outros tipos penais.
- (e) nenhuma das alternativas.

78) Assinale a alternativa correta.

Comete crime previsto na Lei nº 8.666/93 quem:

- (a) frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório, ainda que por imprudência.
- (b) frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório, sendo suficiente o dolo genérico.
- (c) frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter vantagem decorrente do objeto da licitação.
- (d) frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório, havendo ajuste, bem como o intuito de obter vantagem decorrente do objeto da licitação, para si ou para outrem.
- (e) nenhuma das alternativas.

79) Assinale a alternativa correta.

Lépido, exercendo as funções de tesoureiro em uma repartição pública, apropriase de importância destinada a pagamento de seu colega Otávio.

- I. Lépido comete o crime de peculato.
- II. No caso de Lépido ser contratado pela CLT, a sua situação jurídico-penal se alteraria.
- III. No caso de a nomeação de Lépido ser anulada pelo Poder Judiciário, o enquadramento penal seria diverso.
- IV. Caso subtraísse dinheiro de repartição diversa da sua, mas que lhe permitisse ter livre acesso em razão de suas funções, responderia pelo crime de peculato.
- V. No caso de Lépido ter sido auxiliado por amigo que não tivesse qualquer vínculo com a repartição pública, este não poderia responder por crime de peculato.

- (a) Correta é apenas a alternativa I.
- (b) Corretas são apenas as alternativas IV e V.
- (c) Corretas são apenas as alternativas I e II.
- (d) Corretas são apenas alternativas I e III.
- (e) Corretas são apenas as alternativas I e IV.

80) Assinale a alternativa correta.

Os crimes contra a ordem tributária:

- I. constituem norma penal em branco.
- II. possuem a pena agravada no caso de ser cometido por funcionário público.
- III. possuem a pena agravada somente no caso de ser cometido por funcionário público ocupante de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.
- IV. no que diz respeito à pena de multa, possuem tratamento específico, diverso do previsto no Código Penal.
- V. nenhuma das alternativas.

- (a) Correta é apenas a alternativa II.
- (b) Corretas são apenas as alternativas I e IV.
- (c) Correta é apenas a alternativa V.
- (d) Corretas são apenas as alternativas I, II e III.
- (e) Corretas são apenas as alternativas I, II, III e IV.

DIREITO DO TRABALHO

81) A cumulação do direito do empregado à indenização por despedida antecipada sem justa causa, no contrato a termo final, com o direito ao saque dos depósitos do FGTS (com a denominada multa de 40%)

- (a) é indevida por expressa regra jurídico-trabalhista.
- (b) é direito apenas reconhecido por construção jurisprudencial.
- (c) é direito reconhecido por regulamentação estatal.
- (d) é admitida tão-só pela doutrina, sem expressivo apoio jurisprudencial.
- (e) é direito só reconhecido por convenções e acordos coletivos de trabalho.

82) Conforme a jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho

- (a) no caso de terceirização de atividade privada, havendo pessoalidade e subordinação direta entre o tomador dos serviços e o trabalhador, não se forma vínculo de emprego entre ambos, mas aquele responde subsidiariamente pelos créditos deste último, na hipótese de inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador, se aquele tomador participou da relação processual e constou também do título executivo judicial.
- (b) no caso de terceirização regular de atividade por órgãos da Administração Pública Indireta, estes não respondem subsidiariamente pelos créditos dos trabalhadores na hipótese de inadimplemento por parte do empregador, em face do art. 71, *caput* e §1º da Lei nº 8.666/93.
- (c) sendo irregular a terceirização por órgãos da Administração Pública Direta e Indireta de atividade, por ser esta insuscetível de terceirização, forma-se vínculo de emprego entre tais órgãos e os trabalhadores do prestador.
- (d) a contratação de trabalhadores por empresa interposta, fora de hipótese prevista em lei, não gera vínculo de emprego entre aqueles e o órgão da Administração Pública Direta tomador dos serviços.
- (e) no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019/74), a empresa tomadora ou cliente não responde solidariamente com a empresa de trabalho temporário pelos créditos trabalhistas dos trabalhadores desta, na hipótese de sua falência, por ser ela a sua empregadora, face a regra legal expressa.

83) Conforme jurisprudência atualmente predominante do Tribunal Superior do Trabalho, a contratação, sem prévia aprovação em concurso público, de empregado por pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Pública Estadual, a partir da Constituição Federal de 1988,

- (a) só confere ao trabalhador direito ao pagamento da contraprestação pactuada, no concernente ao número de horas trabalhadas, garantido o valor do salário mínimo horário, e ao valor dos depósitos do FGTS.
- (b) só confere ao trabalhador direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas.
- (c) só confere ao trabalhador direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número das horas trabalhadas, respeitado o valor do piso salarial do respectivo Estado.
- (d) só confere ao trabalhador direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, com o acréscimo por hora extraordinária, se excedida a duração normal da jornada de trabalho.
- (e) é anulável, podendo, por aplicação subsidiária do Código Civil, ser confirmada pelas partes.

84) Assinale a alternativa correta.

- (a) Quanto aos empregados públicos de autarquias que não explorem atividade econômica, com mais de um ano de serviço, há presunção absoluta de validade dos pedidos de demissão por eles assinados, ainda que firmados sem a assistência prevista no art. 477, §§1º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (b) Conforme a jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, quanto aos empregados públicos da Administração Pública Direta e Autárquica, cabe a aplicação do art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho referente à equiparação salarial.
- (c) Conforme a jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, não se reconhece aos empregados públicos das pessoas jurídicas de direito público a via judicial do dissídio coletivo de natureza econômica.
- (d) Aos empregados da Administração Pública Indireta reconhece-se a via judicial do dissídio coletivo de natureza jurídica, desde que não objetive interpretação de norma de caráter genérico.
- (e) A previsão constitucional de irredutibilidade salarial em favor dos empregados públicos contempla a mesma exceção prevista para os empregados da atividade privada (negociação coletiva).

85) Assinale a alternativa correta.

- (a) Ao contrato de trabalho do empregado portador de estabilidade, ainda que provisória, não se aplica o regime do FGTS da Lei nº 8.036/90.
- (b) Conforme jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, os empregados públicos das pessoas jurídicas de direito público são beneficiários da estabilidade prevista na Constituição Federal no seu art. 41 em favor de servidores vinculados à Administração Pública após aprovação em concurso público.
- (c) Os empregados públicos de pessoas jurídicas de direito público estáveis não podem perder o vínculo com a Administração Pública por motivo de redução de pessoal causada pela necessidade de corte de despesa, por falta de previsão constitucional.
- (d) Autorizada por norma constituída em negociação coletiva, é válida a possibilidade de transação pela gestante de garantias de manutenção do emprego e do salário, conforme jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho.
- (e) Nos casos de suspensão (suspensão total) e de interrupção (suspensão parcial) do contrato de trabalho, o empregador deve efetivar os depósitos do FGTS na conta do empregado.

TEORIA GERAL DO DIREITO E HERMENÊUTICA JURÍDICA

86) Em relação à distinção entre o positivismo jurídico e o jusnaturalismo, é correto afirmar que:

- (a) o positivismo jurídico é uma teoria do direito que defende a existência de uma separação conceitual entre direito e moral.
- (b) o positivismo jurídico é uma teoria do direito que sustenta que o direito positivo só tem validade quando não viola os direitos naturais do homem.
- (c) o jusnaturalismo é uma teoria do direito que sustenta que o direito é formado exclusivamente pelas normas do direito natural.
- (d) o jusnaturalismo é uma teoria do direito que defende a inexistência de uma separação conceitual entre direito e moral.
- (e) estão corretas as alternativas A e D.

87) Considerando a concepção moderna sobre a força normativa dos princípios e das regras de direito, assinale a alternativa incorreta.

- (a) Os princípios são normas jurídicas que regulam condutas de forma aberta e genérica, e a definição do seu conteúdo exige juízos sobre valores e fins morais e políticos.
- (b) As regras são normas jurídicas que regulam condutas de forma concreta e específica, e a sua aplicação aos casos concretos pode ser feita pela subsunção do fato à norma.
- (c) Os princípios são normas morais que não regulam diretamente as condutas humanas e não vinculam os juízes no julgamento de casos concretos, mas servem de guia para o legislador quando da elaboração das leis.
- (d) Os princípios são normas jurídicas que não podem ser aplicadas aos casos concretos pela subsunção do fato à norma, pois exigem um juízo de ponderação por parte do aplicador.
- (e) Os princípios são normas que têm validade jurídica e integram o direito independentemente de terem sido incorporados no direito positivo.

88) Assinale a alternativa incorreta.

- (a) As lacunas do sistema jurídico em sentido próprio ocorrem quando não existe uma regra no direito positivo regulamentando um tipo de caso.
- (b) A analogia é um método de integração de lacunas do sistema jurídico, que consiste na aplicação ao caso concreto em que se constatou a lacuna, de uma regra prevista no direito positivo que regula um caso semelhante àquele para o qual existe não existe uma regra legal específica.
- (c) A analogia é um método de integração de lacunas do sistema jurídico, que consiste na aplicação ao caso concreto em que se constatou a lacuna, de um princípio geral do direito cujo conteúdo normativo tem relação com o caso para o qual não existe uma regra legal específica.
- (d) A equidade é um método de integração de lacunas em que o juiz decide um caso para o qual não existe uma regra específica no direito positivo usando critérios de justiça e moralidade.
- (e) No Direito brasileiro, a equidade não pode ser utilizada quando existe um princípio ou uma regra do sistema jurídico regulando o caso concreto, ainda que o juiz entenda que este princípio ou esta regra viola critérios de justiça ou de moralidade.

89) Considerando os critérios de solução de antinomias jurídicas, assinale a alternativa incorreta.

- (a) O critério cronológico determina que, havendo colisão entre duas normas legais, a norma posterior prevalece sobre a norma anterior.
- (b) O critério hierárquico determina que, havendo colisão entre uma norma constitucional sobre uma norma legal, prevalece a norma constitucional.
- (c) O critério da especialidade determina que, havendo colisão entre uma norma legal geral e uma norma legal especial, prevalece a norma especial.
- (d) O critério cronológico determina que, havendo colisão entre uma norma constitucional anterior e uma norma legal posterior, prevalece a norma legal posterior.
- (e) O critério cronológico não se aplica quando norma legal posterior conflita com norma legal anterior que protege direito adquirido.

90) Com relação ao princípio da proporcionalidade, é incorreto afirmar que:

- (a) o subprincípio da adequação implica que uma lei que limita um direito fundamental só seja válida quando é idônea para atingir o fim almejado pelo legislador.
- (b) o subprincípio da necessidade implica que uma lei que limita um direito fundamental só seja válida quando não existe uma medida alternativa menos prejudicial ao direito, que atinja o fim almejado pelo legislador com a mesma eficácia e adequação da medida prevista na lei.
- (c) a ponderação de bens é realizada quando da aplicação do subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.
- (d) o princípio da proporcionalidade pode ser usado tanto no controle de constitucionalidade das leis, quando no controle de legalidade dos atos administrativos.
- (e) quando a lei restritiva de um direito fundamental atende aos subprincípios da necessidade e da adequação, ela é válida ainda que viole o conteúdo essencial do direito fundamental.

PROCESSO CIVIL

91) Assinale a alternativa correta.

- (a) O direito ao processo justo corresponde ao direito ao devido processo legal processual, expressamente previsto como direito fundamental na Constituição da República Federativa do Brasil.
- (b) O direito ao processo justo corresponde ao direito ao devido processo legal substancial, implicitamente previsto na Constituição da República Federativa do Brasil.
- (c) O direito ao juiz natural constitui direito a juiz imparcial, competente e *post factum*.
- (d) O direito ao contraditório previsto na Constituição só é atendido se o contraditório é prévio, vedada a adoção, no formalismo do processo civil brasileiro, de contraditório postergado ou de contraditório eventual.
- (e) Nossa Constituição não prevê direito fundamental à paridade de armas no processo civil.

92) Assinale a alternativa correta.

- (a) Formalismo, forma e formalidades são conceitos sinônimos.
- (b) O procedimento é a espinha dorsal do formalismo processual civil e rege-se, dentre outras normas, por aquilo que a doutrina designa de princípio da adequação.
- (c) O formalismo processual civil apresenta sempre uma conotação negativa e deve ser combatido a fim de que o processo possa proporcionar soluções justas.
- (d) O conceito de formalismo processual civil é infenso a valores.
- (e) O formalismo constitui o conjunto de posições jurídicas de todos aqueles que participam do processo e, por essa razão, tem uma conotação puramente técnica.

93) Assinale a alternativa correta.

- (a) Jurisdição, tutela jurisdicional e tutela jurisdicional do direito são expressões sinônimas.
- (b) Inexiste direito fundamental à ampla defesa no Direito brasileiro.
- (c) Ação constitui direito à sentença de mérito, em qualquer hipótese, no Direito positivo brasileiro.
- (d) Processo e procedimento são conceitos sinônimos.
- (e) O procedimento comum sumário é apenas formalmente sumário.

94) Assinale a alternativa correta.

- (a) A tutela inibitória pertence ao plano do direito processual.
- (b) A tutela inibitória é uma tutela repressiva do dano.
- (c) Inexiste na ordem jurídica brasileira a possibilidade de obtenção de tutela reparatória na forma específica.
- (d) A tutela de remoção do ilícito depende sempre de sentença condenatória e execução forçada para sua realização.
- (e) A tutela reintegratória é uma tutela repressiva do ilícito, nada tendo que ver com o dano.

95) Assinale a alternativa correta.

- (a) Os limites objetivos da coisa julgada concernem ao dispositivo da sentença terminativa transitada em julgado e indicam quais as questões que não podem mais ser debatidas entre as partes em face do advento da coisa julgada.
- (b) A eficácia preclusiva da coisa julgada pode alcançar questões alheias ao objeto litigioso do processo.
- (c) A eficácia preclusiva da coisa julgada cinge-se a tornar irrelevantes, para efeitos de violação dos limites objetivos da coisa julgada, questões não debatidas pelas partes e nem decididas pelo juiz, mas atinentes ao mérito da causa.
- (d) A motivação da sentença faz coisa julgada material.
- (e) A apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo, faz coisa julgada material.

96) Assinale a alternativa correta.

- (a) O art. 475-O, CPC, que trata da execução da decisão provisória, contém algumas normas que servem para disciplina de toda e qualquer realização prática de direitos fundada em título provisório.
- (b) O cumprimento da sentença condenatória realizar-se-á sempre perante o juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição, sendo essa competência fixada em razão do critério funcional horizontal.
- (c) A possibilidade de venda de bem imóvel penhorado de significativa importância em hasta pública constitui manifesta possibilidade de dano de difícil reparação ao executado e autoriza a outorga de efeito suspensivo à impugnação.
- (d) A sentença estrangeira, devidamente homologada pelo Supremo Tribunal Federal, constitui título executivo judicial.
- (e) É possível ao executado alegar, em impugnação, a ilegitimidade passiva *ad causam* existente na fase de conhecimento.

97) Assinale a alternativa correta.

- (a) Os requisitos intrínsecos de admissibilidade dos recursos referem-se ao modo de exercer o poder de recorrer.
- (b) A tempestividade é um requisito intrínseco de admissibilidade recursal.
- (c) A repercussão geral da questão debatida no recurso extraordinário é uma questão de mérito do recurso extraordinário.
- (d) Somente o plenário do Supremo Tribunal Federal pode apreciar a existência ou a inexistência de repercussão geral de determinada questão debatida em recurso extraordinário.
- (e) O interesse recursal é um requisito intrínseco de admissibilidade dos recursos.

98) Assinale a alternativa correta.

- (a) Na execução por título executivo extrajudicial, o executado será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar ou oferecer embargos à execução.
- (b) A nomeação de bens à penhora constitui prerrogativa do executado.
- (c) Pode o juiz determinar que o executado indique bens à penhora sob pena de multa coercitiva.
- (d) Não é possível a penhora de bem indivisível no Direito brasileiro.
- (e) A penhora eletrônica (penhora *on-line*) constitui modo subsidiário de realização da penhora e, portanto, só pode ser utilizada como última *ratio* para obtenção de bens a penhorar.

99) Assinale a alternativa correta.

- (a) É impossível a concessão de tutela antecipada sem a comprovação de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação no processo civil brasileiro.
- (b) A tutela antecipada, na doutrina brasileira dominante, constitui espécie de tutela cautelar.
- (c) É vedada, em qualquer hipótese, a tutela antecipada, quando houver perigo de irreversibilidade do resultado do provimento antecipado.
- (d) É possível a obtenção, na fase de conhecimento, de providência cautelar requerida a título de antecipação de tutela, atendidos os requisitos próprios da tutela assecuratória postulada.
- (e) Tal como se dá com o poder cautelar geral do juiz, a regra está em que é possível antecipação de tutela de ofício no direito brasileiro.

100) Assinale a alternativa correta.

- (a) A ação civil pública serve para tutela dos direitos coletivos e para tutela coletiva dos direitos.
- (b) A ação popular não serve para tutela dos direitos coletivos.
- (c) O conceito de “direito líquido e certo”, conceito-chave do mandado de segurança individual e coletivo, é uma expressão do plano do direito material.
- (d) A ação civil pública serve tão-somente para tutela coletiva dos direitos.
- (e) A ação popular é um instrumento que visa à tão-somente à tutela coletiva dos direitos.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 101 A 110:

Falta de Autoridade
Walter Ceneviva

1 De repente o Judiciário começou ser apontado como um dos maiores
2 vilões da crise brasileira, em visão distorcida e errada de seu papel na vida nacional.
3 Tenho criticado vários segmentos do Judiciário, cujo controle externo defendo.
4 Recentemente escrevi que se os juízes tiverem vontade de trabalhar – expressão com
5 sintetizei aspectos das deficiências jurídicas –, resolverão muitos dos problemas
6 sociais que enfrentamos na atualidade. Assim sendo, sinto-me vontade para
7 negar que cabe ao Judiciário maior culpa pela crise.
8 Em primeiro lugar, tenha-se presente que grande número dos processos civis,
9 fiscais e trabalhistas tem origem em ilegalidades praticadas pelos administradores
10 públicos, cuja visão caolha faz com que queiram receber créditos governamentais,
11 mas não queiram saldar seus respectivos débitos. Eles esquecem da sabedoria de
12 Vicente Matheus quando trata das facas de dois gumes, pois o Judiciário eficiente
13 tanto permitirá as cobranças reclamadas, quanto forçará o poder público a parar com
14 seus calotes e impedirá as ilegalidades cometidas.
15 Em segundo lugar, acentuo as omissões no cumprimento do dever legal dos
16 outros poderes. Exemplo gritante é o do próprio Legislativo, que não aprovou as leis
17 suplementares da Carta de 1988.
18 O Executivo, por seu lado, baixa instruções decretos, portarias e toda sorte de
19 medidas administrativas, muitas das quais são flagrantemente ilegais. Forçam os
20 contribuintes a se defenderem em juízo. Agravam o congestionamento judicial.
21 Nenhuma lesão ou ameaça de lesão ao direito individual pode ser excluída de
22 apreciação pelo Poder Judiciário na verdadeira democracia. Se o Executivo quiser que
23 as pessoas diminuam a corrida aos tribunais, deve parar com as ilegalidades.

24 Assinalo, ainda, a distância numérica entre o aparato judiciário brasileiro e o
25 universo ao qual ele deve atender. Há menos 20.000 juízes para quase 350.000
26 advogados. O número de processos em andamento se contam aos milhões(só na
27 justiça paulista existem 4 milhões). A deficiência não é culpa exclusiva do Judiciário,
28 embora este tenha boa parte de responsabilidade.

29 A máquina judiciária – fora das áreas da magistratura – é muito mal
30 remunerada nas justiças estaduais. A rotatividade é forte. A baixa remuneração
31 contraposta à mobilidade da força de trabalho, lidando com leis e instruções
32 freqüentemente conflitantes, mais confunde o processo judicial quando tratado por
33 mão-de-obra desqualificada.

34 Necessário é lembrar da história recente do Brasil, na qual o Judiciário foi
35 fonte principal de defesa dos interesses individuais, ante o mau comportamento dos
36 outros poderes.

37 Lembro o homicídio, ocorrido em 1975 – cujo réu – que teve este mês presença
38 meteórica no Ministério da Agricultura – não foi julgado até o presente, como outro
39 exemplo de responsabilidade múltipla. A demora escandalosa não seria possível com
40 o Ministério Público, titular da acusação, atento e diligente. Nunca seria possível, sob
41 a legislação aprimorada, sem prejuízo das garantias de ampla defesa, como tem
42 acontecido no freqüentemente citado exemplo italiano. Também não seria possível, é
43 evidente, se os muitos juízes que passaram pelo caso tivessem tido vontade de
44 trabalhar.

45 O Brasil precisa recompor as deficiências de sua economia em crise. A
46 magistratura deve participar desse esforço. Todavia o brasileiro não pode supor que a
47 lentidão do Judiciário impede a recuperação. O exame atento mostrará a injustiça de
48 lançar todas as culpas sobre as costas dos magistrados. Inocentes, de todo, eles não
49 são. Mas a culpa – se é o caso de nos preocuparmos com culpas em pleno centro da
50 tempestade – melhor será dividi-la com os outros dois poderes, detonadores da
51 confusão em que temos vivido e, portanto, sem autoridade moral para criticarem
52 homens (e mulheres) de toga.

101) Completa correta e respectivamente as lacunas pontilhadas das linhas 1, 5, 6 e 7
as palavras da alternativa:

- (a) a – a qual – a – a
- (b) à – à qual – à – à
- (c) a – à qual – à – a
- (d) a – a qual – à – a
- (e) a – a qual – à – à

102) O texto ficaria gramaticalmente correto se fossem feitas as seguintes alterações:

- I. Substituição de *distorcida*, linha 2, por ***destorcida***.
- II. Substituição de *flagrantemente*, linha 19, por ***fragrantemente***.
- III. Acréscimo do acento na forma verbal *tem*, linha 9.
- IV. Acréscimo do pronome oblíquo SE depois do pronome *eles*, linha 11.
- V. Substituição de *De repente*, linha 1, por ***repentinamente***.
- VI. Exclusão da preposição DE que antecede ***história recente***, linha 34.

Quais estão corretas?

- (a) Apenas I, II e III.
- (b) Apenas II, III e IV.
- (c) Apenas III, V e VI.
- (d) Apenas IV e VI.
- (e) Apenas I, IV e VI.

103) Pela expressão circunstancial que introduz o texto, pode-se pressupor que:

- (a) o Judiciário começou a ser visto como um dos vilões da crise brasileira após detalhado exame dos fatos.
- (b) sem que houvessem sido apontados reais motivos ou sem que fosse esperado, começou o ataque ao Judiciário, apontado como um dos maiores vilões da crise brasileira.
- (c) considerados os argumentos apresentados pela imprensa, o Judiciário passou a ser responsável pela maior crise jurídica brasileira.
- (d) a partir de críticas feitas por segmentos do Judiciário, ele começou a ser apontado como o maior responsável pela crise brasileira.
- (e) após críticas feitas pelo autor do texto, sem dúvida, o Judiciário é o maior vilão da crise enfrentada pelo Brasil.

104) Considerando as idéias expressas e os recursos de coesão usados, pode-se afirmar que os parágrafos de 2 a 5:

- (a) constituem uma enumeração argumentativa para a tese defendida pelo autor.
- (b) são exemplos irrelevantes à tese exposta no texto.
- (c) são argumentos pessoais que denotam envolvimento emocional do autor.
- (d) são parágrafos que se contradizem entre si, tornando contraditória a defesa de uma tese.
- (e) se contrapõem à tese principal do texto que é a defesa do Judiciário.

105) Na linha 34, no segmento *lembrar da história recente*, há um erro de regência que seria corrigido se:

- (a) ao verbo fosse acrescentada a forma pronominal SE encliticamente.
- (b) o verbo fosse substituído por recordar.
- (c) a preposição DE fosse substituída por outra mais adequada ao contexto.
- (d) se a oração subordinada reduzida fosse transformada em oração desenvolvida.
- (e) se um sinal de pontuação – dois pontos, por exemplo - fosse acrescentado depois do verbo lembrar.

106) Considere as afirmativas sobre o uso de sinais de pontuação no texto.

- I. Os travessões, no último período do texto, poderiam ser substituídos por vírgulas.
- II. Os travessões, no início do parágrafo 6, poderiam corretamente ser substituídos por vírgulas.
- III. A locução adverbial que introduz o texto deveria estar virgulada por causa do seu deslocamento no período.
- IV. As vírgulas que isolam a palavra portanto, linha 51, poderiam ser excluídas sem prejuízo para a correção do texto.

Quais estão corretas?

- (a) Apenas I, III e IV.
- (b) Apenas I e IV.
- (c) Apenas III e IV.
- (d) Apenas IV.
- (e) Apenas I e II.

107) Considere as afirmativas abaixo.

- I. As palavras *Judiciário*, linha 1, *história*, linha 34, e *homicídio*, linha 37, são acentuadas pelo mesmo motivo: paroxítonas terminadas em ditongo crescente.
- II. As palavras *prejuízo*, linha 41, *possível*, linha 40, e *juizes*, linha 4, são classificadas como paroxítonas quanto à sílaba tônica.
- III. A forma verbal *dividi-la* deveria ter acento pelo mesmo motivo que justifica o acento em *juizes*.

Quais estão corretas?

- (a) Apenas I e III.
- (b) Apenas II e III.
- (c) Apenas I e II.
- (d) Apenas III.
- (e) I, II, III.

108) Considere as possibilidades de reescrita da passagem introduzida pelo nexos MAS no parágrafo 2.

- I. Substituição de mas por entretanto, colocando-o entre vírgulas depois de queiram.
- II. Substituição de mas por contudo, colocando-o entre vírgulas depois de saldar.
- III. Substituição de mas por entretanto, mantendo-o no início da oração que introduz.

Quais as possibilidades que mantêm a correção e o sentido da oração do texto?

- (a) Apenas I e II.
- (b) Apenas II e III.
- (c) Apenas I e III.
- (d) Apenas III.
- (e) I, II, III.

109) Considere a substituição do pronome pessoal eles pelo substantivo Judiciário e as modificações obrigatórias tendo em vista a concordância no período abaixo.

Inocentes, de todo, eles não são. (linhas 48 e 49)

- I. Sofrerá modificação de número um adjetivo predicativo.
- II. Deverá ser modificado um verbo de 2ª conjugação
- III. Deverá ser acrescentado um artigo que concorde com o substantivo *Judiciário*.
- IV. As vírgulas deverão ser excluídas.

Quais propostas de modificação estão corretas?

- (a) Apenas I e II.
- (b) Apenas II e III.
- (c) Apenas I, II, IV.
- (d) Apenas I, II e III.
- (e) Apenas III.

110) Se o período - O exame atento mostrará a injustiça de lançar todas as culpas sobre as costas dos magistrados. – for passado para a voz passiva, a alternativa correta será:

- (a) O exame atento deverá ser mostrado pela injustiça de lançar todas as culpas sobre as costas dos magistrados.
- (b) A injustiça de lançar todas as culpas sobre as costas dos magistrados deverá ser mostrada pelo exame atento.
- (c) A injustiça de se lançarem todas as culpas sobre as costas dos magistrados será mostrada pelo exame atento.
- (d) Poderá ser mostrada por um exame atento a injustiça de lançar todas as culpas sobre as costas dos magistrados.
- (e) A injustiça de que sejam lançadas todas as culpas nas costas do Judiciário será mostrada por um exame muito atento.